

Flávio Luis Assiz dos Santos

Geógrafo, Mestre em Geografia (UFBA), Pesquisador do Projeto GeografAR (A Geografia dos Assentamentos na Área Rural) e Coordenador do Programa de Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas do INCRA/RN/UFBA.
assiz25@yahoo.com.br

Reforma agrária e produção do espaço: Um estudo sobre o projeto de assentamento Almas/BA¹

Resumo

Este artigo busca analisar como o processo de criação e desenvolvimento de assentamentos de reforma agrária representa também um processo de produção do espaço humano. Cada assentamento se constitui numa unidade territorial da reforma agrária, sendo resultado da intervenção estatal no que concerne à modificação do uso e da propriedade da terra no Brasil. O objetivo da pesquisa centrou-se na análise dos resultados, do ponto de vista espacial, da criação de um assentamento rural – o Projeto de Assentamento Almas, localizado no município de Itaguaçu da Bahia/BA – que teve seu processo de implantação antecedido de um planejamento, o qual consistiu, basicamente, em estudos que subsidiaram a definição de um modelo diferente de planejamento. A análise do PA Almas a partir das categorias do espaço – forma, função, estrutura e processo – permitiu-nos apreender a evolução do assentamento na perspectiva das modificações ocorridas em sua configuração territorial. O ritmo de produção espacial do assentamento foi se acelerando à proporção que a dinâmica social estabelecida, ao longo do tempo, foi moldando um novo espaço, a partir do espaço pré-existente, e as novas demandas do grupo social foram sendo materializadas em novas formas-conteúdo e/ ou refuncionalizando formas pretéritas, que participam da dialética espaço-sociedade dentro do assentamento.

Palavra-chave: reforma agrária; assentamentos rurais; produção do espaço.

Abstract

This paper analyzes as the agrarian reform establishment creation process and development would also represents a process of production of human space.

Each establishment is a territorial unit of the agrarian reform as a result of state intervention in the modification of use and earth property in Brazil. The objective of the research was centered in analyses the results on the space point of view of the creation of one rural establishment, called Assentamento Almas' Project, located in the municipal district of Itaguaçu da Bahia/ BA. It had its implantation process preceded of a planning, which consisted, basically, in studies that subsidized the definition of a different planning model. The analysis of the rural establishment of Almas from the categories of the space - form, function, structure and process - allowed to apprehend the evolution of the establishment in the perspective of the modifications that taken place in its territorial configuration. The rhythm of production of the space of this establishment was accelerated as the established social dynamics along the time went molding a new space from the pre-existent one and the new demands of the social group materialized in new form-content and / or re-operating former forms which participate in the dialectics space-society inside the rural establishment.

Key words: agrarian reform; rural establishments; production of the space.

1. Introdução

A temática da reforma agrária no Brasil tem ganhado destaque nos últimos 20 anos em virtude do agravamento dos conflitos sociais de luta pela terra e da conseqüente criação dos Projetos de Assentamentos (PA's). Muito embora o que tem sido feito sob o nome de "reforma agrária" esteja aquém de uma real mudança na estrutura fundiária brasileira, o número de Projetos de Assentamentos aumentou significativamente no País, trazendo para o espaço rural brasileiro novos elementos e mudanças. O processo de transformação de um latifúndio improdutivo em uma área de reforma agrária faz-se modificando o uso e a apropriação do espaço, o que implica numa reorganização espacial. Assim sendo, é fundamental compreendermos como esses novos espaços/territórios se constituem e que "lições" trazem para o debate sobre a reforma agrária no Brasil.

Este trabalho analisa, pois, como a constituição e desenvolvimento de Projetos de Assentamentos configuram-se também num processo de produção do espaço. A pesquisa foi realizada tomando como referência o PA Almas, localizado no município de Itaguaçu da Bahia/ BA (figura 1). O objetivo principal do estudo foi analisar a produção do

espaço deste assentamento, resgatando o contexto sócio-histórico da sua implantação e identificando os fatores/ processos que contribuíram para a construção da sua organização espacial e seus desdobramentos. Procurou-se compreender, através deste estudo de caso, como se dá, dentro do assentamento, a relação entre processos sociais e processos espaciais.

2. Reforma Agrária e Produção do Espaço

O espaço é uma produção humana, resultante das relações sociais que se estabelecem entre os homens e destes com a natureza. Existe uma relação dialética entre sociedade e espaço, a qual resulta do processo de produção econômica que, concomitantemente, produz o espaço geográfico, dentro de um marco temporal específico. O espaço é uma construção social. A sociedade produz inúmeros objetos que se prestam à sua sobrevivência, sendo a produção desses objetos somente possível porque a natureza oferece as matérias-primas e o homem, através do trabalho, desenvolve tecnologia capaz de transformar essa matéria bruta em objetos úteis para si. Desta forma, o processo de produção origina-se de um constante relacionamento da sociedade com a natureza. A cada momento o espaço é fruto desta relação

num espaço geográfico específico. É ali onde vai se manifestar a continuidade da luta pela terra e se apresentam os novos desafios que vão imprimir a tônica da produção desse espaço.

Figura 1

MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU DA BAHIA - BAHIA 2005



FONTE: SEI
ELABORAÇÃO: Projeto GeografAR
Por Cirlene Jeane Santos e Santos

A implantação de um Projeto de Assentamento estimula transformações no local de sua instalação, a partir de uma ocupação diferenciada do espaço rural. Criado geralmente em propriedade considerada improdutiva – mantida muitas vezes pelo seu proprietário como reserva de valor – o assentamento se consolida como expressão concreta da luta pela terra, ocasião em que começam a surgir as casas, cercas, plantações e os equipamentos coletivos como: escolas, creches, posto de saúde, etc., dando origem a produção de um novo espaço, culminando com o estabelecimento de uma nova configuração territorial.

Um Projeto de Assentamento é, pois, um espaço geográfico resultante da relação da sociedade com a natureza ou, como nos diz Alencar (2000, p. 52),

[...] é um lugar da produção, da distribuição, da circulação e do consumo. Noutras palavras, trata-se de uma área que é uma fração da sociedade e que detém uma forma particular de produção. Entretanto essa área existe como espaço porque é ocupada pelo homem em ação. É o espaço em que o homem se objetiva pelo trabalho.

Para a compreensão do processo de produção do espaço, Milton Santos propõe a análise das categorias do espaço. Segundo ele,

[...] para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção do espaço (SANTOS, 1985, p. 49).

Santos (1985, p. 50), coloca que a forma “é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão”. Complementando, afirma ainda que “como as formas geográficas contêm frações do social, elas não são apenas formas, mas formas-conteúdo. Por isso, estão sempre mudando de significação, na medida em que o movimento social lhes atribui, a cada momento, frações diferentes do todo social” (SANTOS, 1985, p. 2).

As formas não podem ser analisadas isoladamente, mas a partir de suas funções. A função é o uso que se faz das formas. Toda forma tem uma função específica que é determinada dentro do contexto social. Diferentes formas são construídas ao longo da história para atender a determinadas funções sociais. Além disso, novas formas podem conviver

com formas passadas que, dentro de um outro contexto, adquirem novas funções e continuam a fazer parte da configuração espacial. Até mesmo as atuais “formas naturais” podem ser entendidas como formas sociais à medida que os elementos da natureza estão sendo incessantemente alterados e moldados aos anseios sociais. A estrutura refere-se ao contexto social, ao modo de organização da sociedade que difere de acordo com o momento histórico. É a mudança de estrutura que vai exigir novas funções e, conseqüentemente, alterar e/ou adaptar as formas. E finalmente o processo é o tempo histórico que faz com que tudo se modifique. “(...) É ele que indica o movimento do passado ao presente” (SANTOS, 1985, p.54).

À medida que o processo social vai se modificando, a configuração espacial também se modifica e as formas geográficas antigas são substituídas e/ ou adequadas às novas funções sociais do novo tempo. As mudanças nas formas só podem ser analisadas entendendo-se que, no percurso histórico, as sociedades humanas enfrentam uma série de transformações estruturais que vão exigir uma resposta espacial às citadas transformações. Esta resposta é dada modificando-se e/ ou adaptando-se a organização do espaço, como ocorre a partir da constituição dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária.

2. A Implantação do PA Almas

O Projeto de Assentamento Almas foi criado num período em que a discussão sobre a reforma agrária no Brasil estava bastante acirrada, uma vez que acabara de ser aprovado o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e o país entrava num período de intensa efervescência política com a Nova República e o processo de “redemocratização”, após vários anos de ditadura militar. Na Bahia, esse contexto político nacional acabou influenciando bastante a política estadual com a elaboração do I Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA) – em 1985 –, conforme determinação do I PNRA, e com a eleição de Waldir Pires para o Governo do Estado, em 1986. Até então, não existia na Bahia nenhuma perspectiva político-institucional de um Programa de Reforma Agrária. Com a posse de Waldir Pires, em 1987, foi iniciado um Programa Estadual de Reforma Agrária (em parceria com o INCRA) e criada a Secretaria Extraordinária de Reforma Agrária e Cooperativismo (SERAC).

O PA Almas foi implantado em 12 de maio de 1987 – a partir da desapropriação do imóvel rural denominado Fazenda Almas –, portanto no primeiro ano do Governo Waldir Pires, num contexto favorável à reforma agrária no Estado (a implantação do PA Almas fez parte do Programa de 100 dias deste Governo). Naquele momento político o assentamento recebeu todas as atenções do Estado, além de muitos recursos financeiros. A proposta do governador baiano era criar um “assentamento modelo” que fosse referência para a implantação de outros assentamentos, dada a sua intenção de realizar um amplo Programa de Reforma Agrária no Estado.

A Fazenda Almas encontrava-se improdutiva – não tendo, pois, nenhuma plantação significativa, além de algumas cabeças de gado. Antes de ser comprada por Irani Martins Castro (em 1954), a Fazenda Almas era utilizada para a atividade de extração da carnaúba, que era beneficiada para a fabricação de uma cera (matéria-prima para a confecção de discos de vinil). Por ocasião da desapropriação ainda foram encontradas antigas prensas que eram utilizadas para retirar o resíduo das carnaúbas. Entretanto, depois que a Fazenda foi adquirida por Irani Martins Castro, praticamente não mais foram realizadas atividades econômicas na propriedade. A Fazenda Almas foi desapropriada pelo Decreto Federal n° 93.987, de 28 de janeiro de 1987. A área total desapropriada corresponde a 8.840 ha, onde foram assentadas 180 famílias.

Quando os assentados chegaram à área existiam cinco casas de taipa dos antigos moradores e mais algumas casas de taipa em ruínas – denominadas de taperas – distribuídas pela Fazenda, as quais certamente foram abandonadas por antigos vaqueiros que ali trabalhavam. Encontraram também um curral (que ficava próximo da casa sede da Fazenda) não utilizado, pois praticamente não existiam animais. A única benfeitoria feita pela proprietária foi o cercamento da Fazenda (todo o perímetro foi fechado com cerca de quatro fios de arame). Vale salientar que na área só residiam alguns vaqueiros que desenvolviam uma incipiente agricultura de subsistência.

Geralmente os Projetos de Assentamentos são implantados sem que haja nenhum tipo de planejamento prévio. Isto se deve à emergência com que essas áreas são criadas, à medida que, na maioria das vezes, é a pressão

dos movimentos sociais que impulsiona sua implantação. Entretanto, a criação do PA Almas foi antecedida por um planejamento que consistiu em estudos de solo e qualidade das terras e de um Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental (EIA/ RIMA). Estes estudos permitiram adquirir um maior conhecimento sobre as características ambientais da área e orientou a definição do modelo de parcelamento do PA. A realização destes estudos estava de acordo com a proposta de construção de um “assentamento modelo” na Fazenda Almas, dentro daquela conjuntura política.

Com base nestes estudos foi definido o modelo de parcelamento do PA: os assentados receberam um lote de sequeiro entre 25 e 30 ha e um lote complementar na beira rio de 5 ha (o PA Almas é cortado pelo Rio Verde, afluente semi-perene do Rio São Francisco). O tamanho diferenciado dos lotes de sequeiro justificou-se pela qualidade diferenciada das terras, indicada no estudo. Os lotes de beira rio foram definidos como forma de facilitar o acesso à água para irrigação. Além disso, o parcelamento contemplou áreas de uso coletivo para pastagens e áreas de reserva da caatinga, além de áreas para futuras pesquisas agropecuárias (Figura 2).

3. A Produção do Espaço do PA Almas

A partir do resgate da história do assentamento, analisamos como se efetivou o processo de produção do espaço no PA Almas, a partir das modificações que foram provocadas pela dinâmica social que se desenvolveu desde a chegada das famílias no assentamento (Figura 3). Para tanto levamos em consideração a seguinte periodização:

- a) Momento (-1) – A Fazenda Almas (até janeiro de 1987): trata-se do período anterior à desapropriação da Fazenda Almas. O resgate desse período foi feito com base no Laudo de Vistoria do INCRA e a partir do relato dos assentados que foram vaqueiros da Fazenda;
- b) Momento (0) – A desapropriação da Fazenda Almas e o pré-assentamento (de janeiro a maio de 1987): trata-se do período entre a desapropriação da Fazenda Almas e o assentamento definitivo

das famílias. É o período intermediário entre a desapropriação e a criação oficial do Projeto de Assentamento Almas, quando foram realizados os estudos para o planejamento do “assentamento modelo”. Consideramos a desapropriação como o marco zero, pois foi a partir daí que se iniciou a produção do espaço do assentamento propriamente dita;

Figura 2

PROJETO DE ASSENTAMENTO ALMAS - ESTADO DA BAHIA, 2005



Fonte: SERAC/CAR, 1987
Adaptação: Flávio Luis Assiz dos Santos
Elaboração: Projeto GeografAR

- c) Momento (1) – O início do Projeto de Assentamento Almas (os primeiros anos): refere-se aos primeiros anos do assentamento, quando este recebeu vários investimentos públicos e muita atenção dos órgãos envolvidos com a reforma agrária naquele momento. Não foi estabelecida uma data precisa para o fim deste período e o começo do período seguinte. Entretanto, consideramos que um marco desta transição foi o fim do Governo Waldir Pires, em 1989². A partir daí se configurou uma nova conjuntura política na Bahia e o PA Almas deixou de ser o “assentamento modelo” para ser “mais um assentamento”, sob a responsabilidade do INCRA, que agora não contava mais com a parceria do Governo do Estado;
- d) Momento (2) – O Projeto de Assentamento Almas hoje: refere-se ao período em que foi realizada a pesquisa de campo (2003). É o período que retrata as condições atuais do assentamento e os principais entraves para o seu desenvolvimento.

Em cada período buscou-se identificar como o processo social demandou funções que resultaram em distintas formas; cada momento da história de Almas correspondeu à constituição de uma configuração espacial distinta que foi modificando-se à medida que as necessidades da produção econômica neste espaço foram alterando a sua paisagem em função da criação e/ ou refuncionalização dos objetos geográficos, “[...] já que o espaço é o resultado da produção....” (SANTOS, 1985, p. 49). Estes objetos (as formas), uma vez criados, modificaram a configuração espacial do assentamento e desenharam uma outra paisagem. O entendimento é que o espaço

[...] não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. Assim, temos, paralelamente, de um lado, um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua configuração geográfica ou sua configuração espacial e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, a sua

continuidade visível, isto é, a paisagem; de outro lado, o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento. Esses processos, resolvidos em funções, se realizam através das formas. Estas podem não ser originariamente geográficas, mas terminam por adquirir uma expressão territorial. Na verdade, sem as formas, a sociedade, através das funções e processos, não se realizaria (SANTOS, 1985, p. 1-2).

A espacialização do processo de luta e resistência dos trabalhadores rurais sem terra se efetiva com a constituição dos Projetos de Assentamentos. Estes surgem como consequência da intervenção do Estado no espaço rural com fins de redistribuição de terra e assentamento de famílias, marcando, portanto, uma nova geografia no campo brasileiro. Muitos estudos já têm mostrado como a implantação dos Projetos de Assentamentos traz repercussões sociais, econômicas, políticas, etc, analisando as múltiplas possibilidades que eles representam para o desenvolvimento dos pequenos produtores brasileiros. Como exemplo, a pesquisa: “Impactos dos Assentamentos: Um estudo sobre o meio rural brasileiro” (LEITE, 2004a), coordenada por Sérgio Leite e Leonildes Medeiros aponta as mudanças provocadas pelos Projetos de Assentamento. Leite (2004b) coloca que:

Apesar dos resultados ainda tímidos quanto ao número de famílias beneficiadas e o estoque de terras aproveitadas, existe uma realidade agrária “reformada” nada desprezível [...] com um potencial de inserção – econômica, política e social – a ser explorado mais exaustivamente. Mais ainda: além de razoavelmente importante quanto aos números, o processo de assentamento de trabalhadores rurais é hoje um movimento, até certo ponto, irreversível (s.p.).

Concordamos quando Leite (2004b) coloca que “[...] existe uma realidade agrária ‘reformada’ nada desprezível [...]”. Nos limites desta pesquisa, buscamos analisar como o espaço geográfico também sofre modificações com a constituição de um PA, ou seja, como o processo de assentamento é também um processo de produção do espaço, numa tentativa de contribuir com o debate sobre as implicações e dimensões dos assentamentos, aqui numa perspectiva geográfica; não esquecendo, porém, que o espaço “[...] contém e é contido pelas demais instâncias (da sociedade), assim como cada uma delas o contém e é por ele contida” (SANTOS, 1985, p. 1). Assim sendo, entendemos que a configuração espacial do PA Almas é um reflexo de sua situação sócio-econômica e, ao mesmo tempo, influencia no seu desenvolvimento.

Para Santos (1990, p. 161), “o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço”. Os PA's são um *locus* privilegiado para o entendimento desta questão, uma vez que eles são uma forma diferenciada de ocupação e de produção no espaço rural e suas implantações provocam uma verdadeira e visível transformação onde estes se instalam. A paisagem se transforma rapidamente a partir da atuação do Estado e dos assentados. Os PA's são porções do espaço em mutação, uma realidade que está sempre se modificando, representando um exemplo da “[...] sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Esta realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições” (SANTOS, 2002, p. 54).

A produção do espaço em um assentamento começa a partir da intervenção estatal de obtenção de terras e criação do Projeto. Neste momento, o Estado transfere o uso de um imóvel rural para os trabalhadores sem terra. A propriedade, que é “[...] ao mesmo tempo, uma forma jurídica e uma forma espacial” (SANTOS, 2002, p. 75) tem o seu uso e apropriação redefinida despontando numa nova forma geográfica: o Projeto de Assentamento. Para Germani (2001 p. 80), como “[...] só são desapropriadas terras improdutivas, a mudança de propriedade, neste processo, significa, também, uma mudança no seu uso e função [...]”.

Os assentados e o Estado, nesta fase, iniciam a construção de novos objetos como cercas, casas, currais, barragens, pontes, escolas, armazéns, casas de farinha, poços, estradas, caminhos, etc. São, portanto, acréscimos

de novas formas-conteúdo que vão atender às novas funções daquele espaço, a partir de um outro contexto sócio-histórico; um processo de transformações que vai se consolidando no espaço do assentamento à medida que as famílias vão chegando, ocupando seu pedaço de chão, reconhecendo a área, abrindo novos caminhos e começando a produzir. E, “ao mesmo tempo em que o homem (os assentados) vai estabelecendo uma relação com a natureza, transformando-a e transformando-se, ele vai construindo sua história e seu espaço” (GERMANI, 1998, p. 3). Contudo, “para que isto venha acontecer, o trabalhador assentado passa a enfrentar novos desafios. Na realidade dos assentamentos, a luta pela terra continua, não mais para conquistá-la, mas para garanti-la [...]” (GERMANI, 2001 p. 80-81).

A implantação da infra-estrutura é fundamental para o assentamento à medida que é um pré-requisito para a produção agropecuária no PA. A produção agropecuária é o maior objetivo dos agricultores quando vão para os assentamentos e é a maior responsável pela produção do novo espaço (acréscimo de novos objetos, estabelecimento de novos fluxos, reconfiguração territorial, etc.). As dificuldades da produção agropecuária refletem-se sobre a organização do espaço e influenciam também na organização social. Por outro lado, uma organização sócio-política frágil dificulta a organização produtiva do assentamento.

Na maioria das vezes, a conquista dos meios necessários para a produção no assentamento não se dá de imediato, mas somente depois de um processo de luta organizada desses novos agentes sociais. Para Germani (1998, p. 8),

os trabalhadores rurais, ao se incorporarem aos projetos de assentamento, isto é, ao terem acesso à terra, passam a viver e enfrentar um novo desafio: desafio que supõe garantir sua permanência na terra conquistada e a realização de sua reprodução e, depois, do salto qualitativo que lhes permita condições dignas de vida, que garanta sua condição de cidadãos.

E completa:

O PA constitui-se num verdadeiro campo de força e, assim como se refere o prof. Milton Santos com relação ao espaço, sua energia é a dinâmica social (GERMANI, 2001, p. 72).

No caso do PA Almas, por ter sido um “assentamento modelo” durante um determinado período da história da reforma agrária na Bahia, foi dotado

de uma infra-estrutura que, embora incompleta, permitiu diferenciá-lo da maioria dos assentamentos que são criados hoje no Estado. Ou seja, o PA Almas já foi criado com certa infra-estrutura à disposição dos assentados, a exemplo do parcelamento, das estradas, de alguns poços, de uma escola, sendo dotado também de outros equipamentos coletivos (as casas, a barragem, a ponte, a casa de farinha e outras escolas) nos seus primeiros anos pós-criação. É claro que, ao longo do desenvolvimento do assentamento, outros objetos foram se incorporando à sua configuração territorial, agora como fruto da reivindicação dos próprios assentados e não por iniciativa do Estado, a exemplo da rede de energia elétrica, que só foi instalada depois de 15 anos.

As novas funções que se estabeleceram no assentamento foram provenientes das novas necessidades demandadas pelos assentados, geradas dentro de um outro contexto histórico. A divisão da propriedade em pequenos lotes, a delimitação de áreas coletivas e das áreas de reserva e a construção da agrovila são exemplos de intervenções que delinearão novas espacialidades resultantes da atuação dos novos agentes que passaram a produzir este espaço. A produção do espaço foi (é) efetivada, também, a partir da readaptação de formas antigas que ganharam um novo conteúdo-social e voltaram a ter um papel ativo na própria produção do espaço do assentamento. Foi o que aconteceu, por exemplo, quando a antiga casa grande da Fazenda Almas tornou-se um escritório do INCRA (no período do pré-assentamento) e depois um depósito da Associação do Parceleiros do Projeto Almas (no momento atual). A forma que, num momento anterior, teve a função de moradia para os proprietários do latifúndio (nas poucas vezes que eles estiveram lá), deixou de cumprir esta função e o movimento da sociedade imprimiu-lhe uma nova funcionalidade. Esta forma volta a “[...] fazer parte da própria evolução do espaço” (SANTOS, 2002, p. 106).

No momento anterior à desapropriação, a Fazenda Almas tinha uma função específica: era mais uma das propriedades da esposa de um grande empresário e funcionava como reserva de valor, não sendo utilizada para plantações comerciais. Como consequência, a configuração territorial apresentava uma paisagem monótona, com a presença de poucos objetos construídos. Existia, além da casa sede, um curral, algumas poucas casas

de taipa onde residiam os vaqueiros, a cerca que delimitava apenas os limites da Fazenda e alguns caminhos internos. Não existiam escolas, barragens, estradas internas, galpões e outras formas construídas, pois esses objetos não eram necessários para uma propriedade individual improdutiva, praticamente abandonada e que não cumpria a sua função social. Embora a área seja cortada por um rio perene não se fazia irrigação. Os problemas ambientais ainda eram incipientes. Não existia uma área de reserva legal, mas a área com cobertura vegetal era bem maior que a de hoje, já que praticamente não existiam cultivos. A mata ciliar também estava preservada. O ritmo da produção do espaço era outro, pois era outra a atuação dos poucos agentes que o produziam.

Com a desapropriação da Fazenda, o imóvel rural passou a ser propriedade da União, administrado pelo INCRA. Neste momento, a partir de uma outra forma de apropriação do imóvel, novas formas emergiram para atender a sua nova função: os barracos de lona dos pré-assentados e o escritório do INCRA, o qual serviu de apoio para os trabalhos de planejamento do futuro assentamento. Neste período, embora o PA ainda não tivesse sido criado oficialmente, o processo de produção do novo espaço se iniciou com a intervenção do Estado delimitando os lotes (colocando os marcos) e com os futuros assentados levantando barracos de lona, conhecendo o espaço da Fazenda e cultivando os primeiros plantios. Este momento marca, portanto, a transição entre o latifúndio e o assentamento.

A constituição definitiva do assentamento marca um período em que os lotes de beira rio e de sequeiro foram cercados, as áreas de reserva legal e de preservação permanente foram delimitadas, as estradas internas foram construídas, a agrovila foi surgindo, a escola, os poços, a barragem e a ponte foram instaladas. Com o recebimento dos primeiros créditos, a mudança da paisagem do assentamento foi imediata, com a construção das casas nos lotes de beira rio e com o início das primeiras plantações, além da criação de animais. As carnaúbas foram retiradas da beira do rio para a construção de cercas, currais e “pinguelas” (pequenas pontes de madeira construídas pelos assentados para atravessar o Rio Verde). Os assentados começaram a usar a água do rio para irrigação e a caatinga, além de alimentar os animais, começou a ser desmatada para dar lugar aos cultivos dos assentados. Em torno da casa sede da antiga Fazenda a agrovila se expandiu, agregando novas casas, escolas,

galpões, currais, bares, armazéns, borracharias, mercadinhos, igrejas, campos de futebol, a sede da associação, etc. O assentamento tem hoje uma infraestrutura mais consolidada, dispendo de energia elétrica e telefone público. O sistema de abastecimento de água e de saneamento está sendo instalado. Espera-se, em breve, a construção e instalação de um posto de saúde.

Em função do agravamento dos problemas sócio-econômicos enfrentados pelos assentados, a configuração territorial do assentamento tem sido alterada. A maioria dos lotes de sequeiro está aberta porque os assentados retiraram as cercas e venderam os arames. Fazendeiros da região estão comprando lotes no assentamento e utilizando a pastagem para a criação de animais, que pastam também pelos lotes abertos do assentamento.

Portanto, a partir da intervenção estatal e da atuação dos assentados, a produção deste espaço adquiriu novo ritmo. A terra improdutivo deu lugar à policultura de subsistência. O número de pessoas na área aumentou estabelecendo-se novos fixos e fluxos. Novos caminhos foram abertos no cotidiano do assentamento para atender às necessidades dos novos fluxos e para interligar os fixos. A área da agrovila ganhou contornos de um povoado, destacando-se, inclusive, como a maior comunidade em torno do Rio Verde no município de Itaguaçu da Bahia. Dentro do assentamento, novos núcleos se formaram, originando pequenas vilas em torno de uma escola e de um poço. Nestas vilas, residem os assentados e/ ou filhos e parentes de assentados que têm lotes próximos a estes núcleos, o que facilita o deslocamento de casa para a roça e de casa para a escola. É importante observar que as comunidades se estruturaram ao longo da estrada principal do assentamento (que liga a entrada à saída do PA), sinalizando o papel da distância e da acessibilidade no processo de produção do espaço em um assentamento rural.

As novas demandas de uma população cada vez maior e mais organizada em associações (existem no PA Almas, hoje, três associações) criaram novas reivindicações e a possibilidade de outras conquistas. O comércio local assumiu outra dinâmica com a venda dos produtos dos assentados e com a renda gerada no assentamento. O aumento do fluxo de dinheiro no PA estimulou a abertura de bares, mercadinhos, borracharias, etc. As bombas e canais de irrigação multiplicaram-se. Em contrapartida, os problemas ambientais foram agravados. Sem dúvida, a paisagem do assentamento é marcadamente diferente da paisagem de

um latifúndio e esta “reflete as formas e o uso que os agricultores fizeram e fazem da natureza [...]” (ALENCAR, 2000, p. 81).

O ritmo de produção do espaço foi se acelerando à medida que a dinâmica social estabelecida no assentamento, ao longo do tempo, foi moldando um novo espaço a partir do espaço preexistente e as novas demandas do grupo social foram sendo materializadas em novas formas-conteúdo e/ ou refuncionalizando formas pretéritas, que participam da dialética espaço-sociedade dentro do assentamento.

Com base neste estudo, corroboramos com as conclusões da pesquisa sobre os impactos regionais da reforma agrária, especificamente a respeito do enfoque dado ao processo de criação e desenvolvimento dos assentamentos. Conforme Heredia,

embora não altere o quadro mais global de concentração fundiária, a implantação dos assentamentos tem proporcionado uma reestruturação fundiária nos espaços locais [...] e [...] tem levado a um redesenho da zona rural, modificando a paisagem, o padrão de distribuição da população, o traçado das estradas, levando a formação de novos aglomerados populacionais [...] (HEREDIA, 2002, p.16; p.37).

Vale destacar, no entanto, que nem todos os processos de criação e desenvolvimento de assentamentos correspondem à realidade acima descrita, uma vez estarem condicionados, dentre outros fatores, ao nível de organização social dos assentados, à infra-estrutura disponível, às condições naturais do assentamento e sua localização. Existem casos de assentamentos que se tornaram praticamente “assentamentos fantasmas”³.

Portanto, o assentamento é um

espaço novo em processo de (re)construção a partir do preexistente. É original porque é resultante do conflito de classes pela apropriação de uma parcela do solo. É recente porque obriga o Estado a intervir, a (re) planejar, a modificar e modelar um espaço que aparece como instrumento de dominação (MARTINS apud ALENCAR, 2000, p. 52).

O espaço do assentamento vai ganhando novos contornos e adquirindo um novo conteúdo social que é dado pelos assentados que vão, concomitantemente à construção de sua nova vida, edificando, de igual forma, um novo espaço. Portanto, os novos agentes passam a atuar numa determinada porção do espaço total – o assentamento – dando-lhe uma nova configuração. Transformar um latifúndio num assentamento implica

estabelecer uma nova espacialidade/ territorialidade, pois novos usos e relações ocorrerão. Os assentados e o Estado são os principais agentes produtores desse novo espaço.

4. Considerações Finais

A intensificação da luta pela terra no Brasil trouxe algo de novo para a realidade agrária brasileira: os Projetos de Assentamento. Portanto, os assentamentos representam a materialidade de uma demanda histórica da sociedade brasileira: a reforma agrária. As ações de reforma agrária estimulam a construção de uma nova realidade sócio-espacial no campo brasileiro. A implantação e o desenvolvimento dos assentamentos marcam um processo extremamente dinâmico de produção de novas espacialidades que se estabelecem a partir da combinação da atuação dos agentes que produzem um novo espaço em áreas de reforma agrária.

Um novo espaço que pode e deveria ser socialmente mais justo e solidário. Os assentamentos são formas que emergem como resultado da evolução desigual da estrutura fundiária brasileira e são, ao mesmo tempo, a possibilidade territorializada de construção de uma outra história. Neste sentido, os assentamentos representam um exemplo da dialética tempo-espaço.

Notas

¹ Artigo elaborado com base na Dissertação de Mestrado "A Produção do Espaço em Áreas de Reforma Agrária: Uma análise do Projeto de Assentamento Almas-Itaguaçu da Bahia/BA (1987-2003)", apresentada em agosto de 2005 ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) sob a orientação da Profa. Dra. Guiomar Inez Germani. Este trabalho é parte integrante do Projeto GeografAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural – desenvolvido no âmbito do Departamento e Mestrado em Geografia da UFBA.

² Após a saída do governador – que renunciou ao cargo para concorrer a vice-presidência da República em 1989 – o Programa de Reforma Agrária Estadual perdeu força e a SERAC foi extinta pelo seu sucessor.

³ Como técnico do INCRA no Rio Grande do Norte, conheci o PA Canto das Pedras, no município de Carnaubais/RN, que pode ser enquadrado nesta situação. Este assentamento tem capacidade para assentar 20 famílias, mas só existem duas famílias residindo no mesmo. As casas foram construídas, mas estão abandonadas. Os assentados foram embora, principalmente, devido à dificuldade de acesso à água.

Referencias Bibliográficas

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Segredos Íntimos. A Gestão dos Assentamentos de Reforma Agrária**. Fortaleza: UFC Edições, 2000.

GERMANI, Guiomar I. **Assentamentos: Modelos, Problemáticas e Desafios**. Trabalho apresentado no Seminário “Movimentos Sociais e Reforma Agrária”. Salvador, novembro de 1997 (mimeo.).

GERMANI, Guiomar. I. **A Geografia (e) (da) Reforma Agrária**. Trabalho apresentado no “Encontro de técnicos e dirigentes de cooperativas e associações do MST”, organizado pelo MST/BA. Salvador, janeiro de 1998.

GERMANI, Guiomar. I. **Assentamentos de Reforma Agrária: Produção de Novos Espaços de Vida e de Conflitos**. In: Revista Vozes nº 6. Petrópolis: Vozes, 2001.

HEREDIA, Beatriz *et al.* **Os impactos Regionais da Reforma Agrária: Um estudo sobre áreas selecionadas**. Resumo Executivo. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002. In: www.mda.gov.br/nead, outubro de 2004.

LEITE, Sérgio *et al.* **Impactos dos Assentamentos: Um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: Unesp, 2004a (Série Estudos NEAD, n° 6).

LEITE, Sérgio. **Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil: Aspectos Políticos, Econômicos e Sociais**. In: www.mda.gov.br/nead, acessado em outubro de 2004b.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Por Uma Geografia Nova. Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da USP, 2002.